

Êxodo Rural Chinês em Direção ao Subúrbio Carioca

Chinese Rural Exodus Heading To Suburbs of Rio de Janeiro

Paulo Victor Macedoⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Pesquisa desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro, visando problematizar o êxodo rural chinês em direção ao subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. O propósito deste estudo é evidenciar as causas que movem os chineses habitantes das áreas rurais pobres do país a fixar suas residências e assumir postos de trabalho no Rio de Janeiro, um lugar bastante diferente em relação ao seu local de origem. Mais ainda, o presente trabalho ilustrará suas conclusões e análises através de relatos de migrantes chineses radicados no subúrbio carioca, suas motivações, seu atual padrão de vida e seus hábitos, ratificando as hipóteses aqui apresentadas.

Palavras-chave: Êxodo rural; China; Imigração; Expropriação de Terras.

Abstract: Research developed in the city of Rio de Janeiro which sought to critically evaluate Chinese rural exodus to the suburbs of that city. The purpose of the study is to demonstrate the reasons that motivated inhabitants of poor rural areas of China to immigrate to Brazil and take up residence and work in a city which is so different from their place of origin. The conclusions are based on the analysis of interviews of Chinese migrants who settled in the suburbs of Rio de Janeiro with regard to why they left China, immigrant networks encountered in Brazil, their current line of work, income and standard of living as well as continuity of language and cultural habits.

Keywords: Rural Exodus; China; Immigration; Land Grabbing.

Introdução

A cada ano, a China consolida-se mais como o país dos superlativos: uma enorme massa territorial, com cerca de 9.500.000 m² de área, uma superpotência econômica com Produto Interno Bruto de 9,31 trilhões de dólares, crescimento econômico anual mínimo de 7,8% há mais de quinze anos, população estimada em 1,3 bilhão de habitantes, 150 cidades com mais de um milhão de habitantes numa nação com mais de 6 mil anos de história. Portanto, o dragão, símbolo nacional chinês, associado à pluviosidade, fertilidade e abundância de água, representa a mais adequada analogia e as mais evidentes características da nação chinesa: voracidade, vigor e força.

ⁱ Graduado em Geografia (UFRJ) e Graduando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (UFRJ). paulovictormacedo@hotmail.com.

Constantemente verifica-se uma crescente participação chinesa em muitos empreendimentos pelo mundo, seja de grande monta ou mesmo em pequenos negócios, com abrangência local. Fato é que os chineses têm se expandido, além de suas fronteiras, em múltiplas e variadas atividades.

Todavia, o crescimento chinês não é espontâneo ou mero acaso, mas sim fruto de planejamentos e projeções que têm ignorado questões sociais relevantes, sobretudo o direito à propriedade. Neste trabalho, será visto como a população rural chinesa encontra-se obrigada a deixar suas terras e migrar para áreas remotas na busca pela subsistência, com recorte espacial para o Brasil, mais especificamente para o subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, especialmente nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Contextualização

O presente trabalho se justifica no crescente número de sino-brasileiros presentes no subúrbio carioca. A questão-chave para o desenvolvimento e compreensão deste estudo baseia-se na possível contradição que reside em deixar a China para trás, um país próspero e em franco crescimento econômico, para buscar estabelecimento no Brasil, cuja economia encontrou estabilização apenas nas últimas duas décadas e apresenta visíveis e elevados índices de concentração de renda e desigualdade social. Além das diferenças socioeconômicas, são muito grandes as disparidades climáticas, étnicas e culturais. *A priori*, já pode-se deduzir que uma migração de natureza tão radical só possa se dar por uma motivação igualmente abrupta, cujos fatores preponderantes serão abordados mais adiante.

A imigração de chineses das zonas rurais em direção ao subúrbio do Rio de Janeiro nas últimas décadas – fins do século XX e início do XXI – explica as próprias causas e motivações deste fluxo, bem como os agentes envolvidos no processo migratório e a atual situação dos migrantes já estabilizados.

O recorte espacial utilizado foi o subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, sítio onde se verifica a maior quantidade de migrantes chineses, observados em seus postos de trabalho, a exemplo de lojas de itens de baixo custo e pastelarias.

O recorte temporal empregado compreende o período iniciado com a Revolução Cultural Chinesa, em 1976, quando se verificam as mais agudas mudanças na organização social, econômica, política e espacial no território chinês e também quando têm origem os fenômenos a seguir descritos. A fim de sedimentar o presente estudo, entrevistas foram realizadas durante os anos de 2013 e 2014 com diversos imigrantes chineses radicados no subúrbio carioca. O questionário aplicado nas entrevistas se encontra anexo ao corpo do apêndice desta obra.

Sobre as entrevistas obtidas com os chineses, diversas foram as dificuldades em sua execução. A primeira das dificuldades encontradas foi a completa falta de semelhança entre os idiomas. Muitos dos chineses residentes no Rio de Janeiro entrevistados não demonstram razoável domínio da língua portuguesa, mantendo-se apenas falantes do idioma natal, o mandarim ou o cantonês. Por questões culturais, conversam entre si em seu idioma pátrio, fazem anotações, falam ao telefone e ouvem música no mesmo idioma. O desprezo à língua portuguesa se deve, em grande parte, à impossibilidade de frequentar instituições de ensino brasileiras – cujas causas serão vistas futuramente – que possam vir a ensiná-los o idioma local.

Outro obstáculo determinante é o permanente estado de temor dos migrantes chineses. Muitas vezes desconfiados durante as entrevistas, olhando para os lados constantemente, perguntando sobre a natureza e razão do questionário, evadindo-se de algumas perguntas, os entrevistados mostraram viver num constante medo. Numa das tentativas de diálogo para a elaboração dessa pesquisa, o entrevistador foi expulso de um dos estabelecimentos comerciais e ameaçado. A grande maioria está no Brasil de forma ilegal, sem documentação, sem autorização e sem visto de entrada. A clandestinidade de muitos mantém-nos em um invariável estado de medo de uma possível extradição. A documentação inexistente é a resposta para a ausência dos migrantes chineses e de seus descendentes das fileiras das escolas públicas e particulares da cidade onde moram. Como verificado nas entrevistas, a maioria dos chineses radicados no Rio de Janeiro e seus dependentes não frequenta escolas ou universidades.

Por fim, outra grande dificuldade no processo de desenvolvimento desta pesquisa foi a carência de fontes, dados e referências sobre o tema, uma vez que a mídia chinesa, controlada pelo Estado, não aborda as frequentes remoções forçadas de camponeses e também a falta de material acadêmico que compreenda o assunto central desta pesquisa. Os raros textos sobre a expropriação de terras e migração chinesa para o Brasil, em sua maioria, estão em língua inglesa ou mandarim. Assim sendo, grande parte do material consultado para este estudo advém de veículos de mídia tradicional e alternativa, bem como de relatos de migrantes. O governo brasileiro não possui controle sobre a entrada de migrantes chineses e tampouco o faz o governo de Pequim. Portanto, os números aqui apresentados são aproximados.

Referenciais Teóricos

Para este estudo, desdobra-se o conceito de êxodo rural, fenômeno verificado em diversos países do mundo em diferentes épocas, com múltiplas motivações. O êxodo rural é uma modalidade de migração que se dá quando habitantes das zonas rurais são compulsoriamente levados a buscar outras áreas para sua fixação e emprego, áreas estas que podem ser igualmente rurais ou mesmo urbanas.

Os fatores que levam uma população ao êxodo rural podem ser: a) baixa oferta de empregos e ocupação, provocada pela mecanização do campo e/ou concentração da posse das terras; b) poder de atração exercido pelas cidades sobre os habitantes das áreas rurais; c) expropriação das propriedades rurais por parte dos governos locais. (DAVIS, 1965)

Sobre o primeiro fator, pode-se dizer que a Revolução Verde ocorrida em todo o globo foi determinante para esse processo, quando, na segunda metade do século XX, novas tecnologias foram introduzidas na produção agrícola, de modo a ampliar e potencializar a produtividade. Contudo, tais tecnologias concentraram-se sob o domínio dos grandes produtores, suficientemente capitalizados a ponto de investir de forma maciça na aquisição de maquinário, insumos e ferramentas direcionados à produção agrícola. Com isso, os grandes produtores, ampliaram sua lucratividade bem como o monopólio dos mercados, reduzindo o espaço dos pequenos produtores. Aliados das modernas técnicas de cultivo, os pequenos produtores perdem também posições no mercado. Esmagados pela concorrência com os grandes e então modernizados produtores, pouco

resta senão a posse da terra. Posse da terra esta que não se prolonga por muito, uma vez que, impossibilitados de concorrer com os grandes produtores, os pequenos produtores se veem obrigados a venderem suas propriedades (DAVIS, 1965).

Paralelamente, outro ponto deve ser considerado: com a larga utilização das máquinas na produção agrícola, poucos postos de trabalho restam à mão de obra humana, sobretudo a não qualificada. Sem a possibilidade de praticar a agricultura de subsistência e sem empregadores para poder vender sua força de trabalho, os habitantes das zonas rurais migram em definitivo para as áreas rurais, em busca de melhores condições de vida e emprego.

O segundo fator apontado caminha junto com o primeiro fator citado, pois, diante da baixa oferta de emprego e renda das áreas rurais sobrepõem-se as aglomerações urbanas, com maior potencial de absorção da mão de obra dispensada no campo, especialmente nos setores industrial e de serviços. Então, a oferta de empregos constitui-se como uma importante razão para o êxodo rural. Mais ainda, com a robotização da indústria e conseqüente desemprego estrutural, diminui a absorção de mão de obra nas cidades. Dessa forma, a população expulsa do campo já não encontra mais emprego nas cidades, sendo levada a buscar novas áreas urbanas.

Por último, e não menos importante, as não raras ocasiões de expropriação das propriedades rurais pelos governos locais é uma nova e alarmante motivação para o êxodo rural. As terras das pequenas produtoras e cooperativas locais têm sido constantemente tomadas pelo Estado, sobretudo nos países de regimes ditatoriais, a fim de garantir o crescimento econômico.

Os Fatores Concernentes ao Êxodo Rural

De acordo com She e Shen (2003) “a urbanização é uma tendência inevitável que acompanha o desenvolvimento social e econômico”. De fato, ao longo da história, de forma pioneira ou tardia, os países classificados como industrializados passaram por processos de urbanização, derivados do êxodo rural.

Como resultado de um rápido crescimento econômico por duas décadas, iniciado com as grandes reformas econômicas de Deng Xiaoping em 1978, encontra-se em curso a maior migração da história da humanidade. Segundo dados do Departamento Nacional de Estatísticas da China (SSB, 2013), mais de 51% da população da República Popular da China localiza-se em áreas urbanas. Contudo, esse número pode ser ainda maior, levando-se em consideração o amplo contingente oriundo do campo com documentação ainda não legalizada nas cidades, algo estimado em 230 milhões de pessoas, segundo a Bloomberg (2013). Impressiona a rapidez desse processo urbanizador, dado o grande volume populacional em migração: em 1979, apenas 19% dos habitantes estava nas cidades (SSB, 2013).

Após cinco décadas de tentativas de refrear o êxodo rural, o Estado chinês agora vê o êxodo rural como uma importante etapa no crescimento econômico chinês. A urbanização representa um significativo incremento do consumo interno, elevação da renda média e melhoria dos indicadores sociais. Todavia, esse processo tem sido bastante doloroso para a maioria da população.

Sabe-se que após as supracitadas reformas econômicas promovidas em 1978 o abismo campo-cidade tem aumentado ano após ano. Com a abertura econômica do país, houve a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e o incentivo à propriedade privada nas áreas rurais, as áreas urbanas experimentaram um rápido desenvolvimento e modernização, enquanto as zonas rurais sofreram processos de concentração fundiária. Sem as condições necessárias à sobrevivência e ao trabalho, os habitantes das áreas rurais voltavam-se para as cidades, que apresentavam melhores condições de vida. Numa tentativa de conter esse fluxo, foi reforçado o sistema *huji*.

O sistema *huji*

O sistema *huji* foi promulgado em 1958, por Mao Tsé Tung, como uma das políticas de suporte à economia planificada. Inspirado no *propiska*, o passaporte interno soviético, e com estreita familiaridade com um modelo similar praticado na China Imperial do século XVII, o sistema *huji* baseia-se na classificação de todos os chineses, de acordo com a naturalidade, apenas entre residentes de áreas urbanas ou rurais. O status apresentado no *hukou* – um pequeno documento vermelho, muito semelhante a um passaporte – não pode ser alterado e garante acesso aos serviços públicos essenciais junto ao Estado, como saúde, educação, emprego, alimentação, moradia, entre outros. Informações sobre nascimentos, óbitos, matrimônios e mudanças também estão contidas no *hukou*. Em linhas gerais, o *hukou* funciona como uma espécie de registro geral de toda a população. (MILLER, 2012)

A priori, os objetivos primordiais do sistema *huji* eram: desestimular o fluxo dos habitantes do campo para as cidades; possibilitar ao governo uma melhor distribuição espacial da força de trabalho; e viabilizar a vigilância sobre marginais e desafetos políticos do governo. Entretanto, ao longo dos anos, o sistema *huji* sofreu diversas flexibilizações e deverá sofrer mais, como será visto à frente. No período conhecido como o Grande Salto para a Frente (1958-1962), no episódio da Grande Fome, a grande maioria das vítimas da desnutrição – cerca de 95% – era de portadores de *hukous* do tipo rural (BECKER, 1998).

Mais de 600 milhões de residentes rurais foram coletivizados em fazendas comunitárias, onde a produção agrícola seria a sua única fonte de alimento. Contudo, os pesados impostos cobrados pelo Estado sobre essa produção absorviam quase todo o montante de alimentos e os direcionava para as cidades. A crescente queda de produtividade – provocada por uma série de secas e inundações, aliadas ao desgaste e uso inadequado do maquinário agrícola – e a taxaçoão maciça sobre os produtores lançou milhões à morte pela fome. Atribui-se a esse fato o costume chinês de utilizar a carne de animais como cães, insetos, répteis e anfíbios como uma alternativa à desnutrição, uma vez que a possibilidade de fuga para as cidades a fim de obter alimentos era intensamente combatida (CHENG e SELDEN, 1994). Mesmo após a flexibilização do controle a partir das reformas de 1978, a degradante realidade do campo não foi alterada. Atualmente, os moradores de áreas rurais podem transitar livremente em áreas urbanas, entretanto, não possuem os mesmos direitos que os portadores de *hukous* urbanos. Nas grandes cidades chinesas, proliferam-se os bolsões de pobreza, bairros pobres e sem a mínima infraestrutura necessária onde vivem alguns milhões de migrantes rurais que, mesmo permitidos

nas áreas urbanas, não são amparados pelos serviços públicos, como educação, saúde, aposentadoria e moradia (CHAN e ZHANG, 2010).

Para muitos pesquisadores, a existência do *hukou* é a causa do grande abismo socioeconômico existente na China entre o campo e a cidade, chegando a ser chamado de “apartheid chinês” (MILLER, 2012), uma vez que, à semelhança do segregacionismo sul-africano, além de serem interditados aos serviços básicos, os portadores de *hukou* de natureza rural que estão nas cidades são recolhidos ou detidos e devolvidos a seus locais de origem. Em outras palavras, os moradores de zonas rurais são institucionalmente excluídos do usufruto dos bens e serviços urbanos, sendo relegados às insalubres, precárias e inóspitas áreas rurais.

Diante da necessidade de urbanização da China, anunciada em março de 2013 pelo primeiro-ministro Li Keqiang, objetivando a ampliação do consumo interno e diminuição da dependência externa, numa tentativa de reacelerar a economia, o sistema *hujj* clama por mudanças. Sem tais mudanças, manteriam-se à margem do consumo milhões de chineses oriundos de áreas rurais. Todavia, as urgentes possíveis reformas no sistema *hujj* encontram grandes obstáculos nas esferas municipais, uma vez que caberia ao poder municipal arcar com as despesas derivadas do processo de urbanização. A meta do Estado compreende que 250 milhões de chineses migrem do campo para as cidades até 2020, o que representaria um grande impacto nas finanças municipais. Em contrapartida, a saída de população do campo convergiria numa diminuição da pressão política e diminuição da instabilidade sobre o governo chinês. Para absorver a população que sairá do campo, o Estado chinês está construindo novas cidades em zonas agrícolas, valendo-se da expropriação de terras para esse fim.

As Expropriações Massivas de Terras

Além da endêmica miséria nas zonas rurais chinesas, têm aumentado as expropriações de terras, promovidas pelo governo chinês a fim de manter aquecida a economia e forçar o êxodo rural. Na tentativa de alcançar as metas de crescimento do PIB, o Estado tem incentivado a construção civil, sobretudo em áreas rurais. Amparados pelos aparatos policiais e jurídicos do país, diversos agentes públicos e privados removem compulsoriamente dezenas de milhares de habitantes das áreas rurais, pagando pouca ou nenhuma indenização pelas terras. Diante dos elevados preços dos imóveis nas áreas urbanas, muitos dos removidos são levados a morar nos bolsões de pobreza nas grandes cidades, similares aos cortiços brasileiros, para viver em condições degradantes e ocupar postos de trabalho de baixa remuneração.

As expropriações de terras são feitas de modo arbitrário, durante a noite e a madrugada, surpreendendo os camponeses, que têm se articulado para protestar junto às autoridades. Diversos são os casos de protestos pacíficos e também de protestos mais radicais, envolvendo a construção de barricadas, sequestro de agentes do governo e suicídios por imolação, como no caso dos três irmãos Bai, na província de Hebei, no nordeste da China. Segundo a Civil Rights and Livelihood Watch (2013), desde 2010 mais de 200 mil protestos de camponeses ocorreram em todo o país, com dezenas de casos de imolação, um antigo costume chinês de manifesto de insatisfação, como visto na Figura 1.

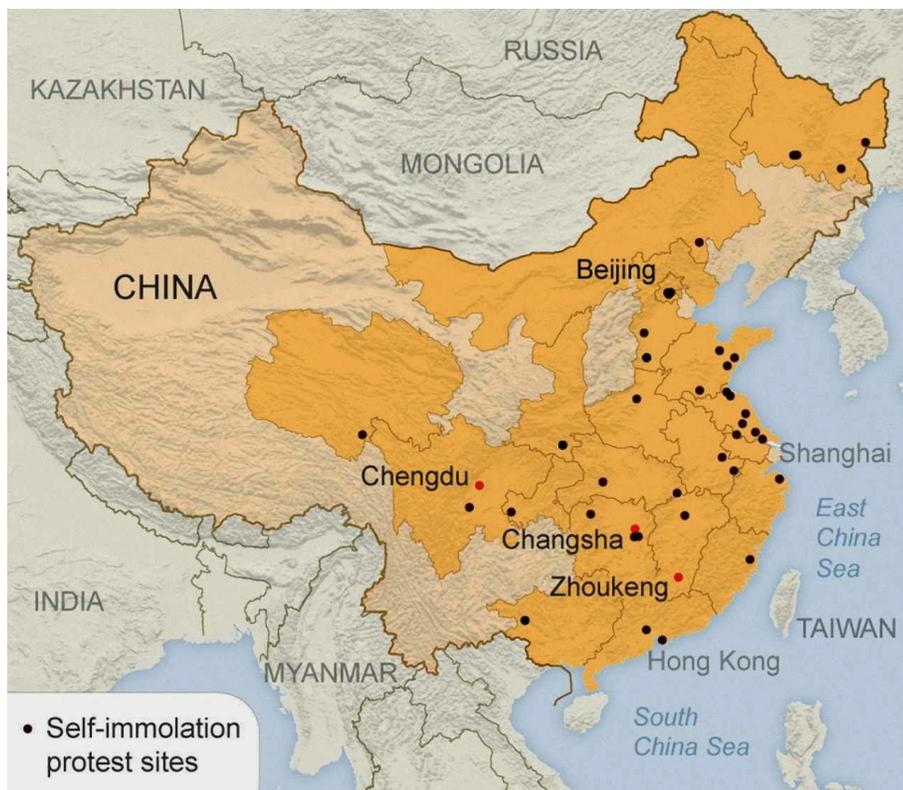


Figura 1 – Focos de protestos por imolação. Fonte: *New York Times*. 2013.

Interpretando o mapa acima, pode-se deduzir que as áreas de maior interesse para a expropriação são áreas próximas do litoral chinês, já urbanizado e industrializado, com clima menos rigoroso, disponibilidade de energia e malha ferroviária mais capilarizada, como se pode ver na Figura 2.

A repressão tem sido igualmente feroz, utilizando forças militares para conter os agricultores, como no caso da cidade de Chengdu, onde um fazendeiro foi atropelado por um rolo compressor em novembro de 2013 e no caso da cidade de Dongqiao, onde cem policiais espancaram dezenas de moradores, entre eles idosos, mulheres e adolescentes. Os maiores alvos das expropriações de terra são terrenos superiores a 10 hectares, geralmente utilizados para a construção de edifícios, shopping centers, estradas e fábricas. Além de ser o potencial destino dos aldeões que sairão do campo, as novas cidades, ainda desabitadas – e chamadas de cidades-fantasma – propulsio- nam o crescimento do Produto Interno Bruto chinês, na tentativa de alcançar as metas estabelecidas, haja vista que a orientação macroeconômica do governo chinês está baseada na economia planificada. As vendas de terras aumentaram as receitas locais em cerca de 70% em 2013.

Segundo fontes extraoficiais da agência estatal de notícia Xinhua obtidos pela National Public Radio dos Estados Unidos (NPR, 2013), a estimativa de camponeses lesados é de 40 milhões desde a virada do século, mantendo-se a uma média de dois milhões por ano.

Em face das remoções forçadas, surge uma alternativa à vida nas cidades chinesas: tentar a vida em outro país.

A Migração de Chineses para o Rio de Janeiro

Num recente estudo publicado em 2010 pela Academia Chinesa de Ciências Sociais, o número de chineses fora do país ultrapassa os 35 milhões. De acordo com o Ministério do Comércio (MCRPC, 2013), no primeiro semestre de 2012, mais de 200 mil chineses foram enviados para trabalhar em outros países. Os países-alvo principais são Estados Unidos, Canadá, Japão e Cingapura. Segundo o Banco Mundial (2013), a China é o segundo país do mundo com maior índice de emigração. Isso se deve ao fato de o campo expulsar mão de obra numa velocidade superior à capacidade de absorção desses trabalhadores nas cidades, uma característica de países recém-industrializados. Assim sendo, é comum observar a escalada de migrantes de origem chinesa nos espaços sociais e comerciais do Brasil, de forma mais expressiva em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, sobretudo em atividades relacionadas ao comércio (ARAÚJO, 2010).

A chegada do primeiro grupo de imigrantes chineses ao Rio de Janeiro data do início do século XIX, em 1812 (YANG, 2002), ainda no período colonial, com o objetivo de cultivar chá em caráter experimental. O produto tinha na sua variedade chinesa elevado valor. Entretanto, as condições de trabalho, as diferenças climáticas e culturais foram determinantes para o fracasso do empreendimento, o que levou muitos chineses de volta à sua terra natal. Alguns chineses permaneceram no país, adotando a profissão de vendedores ambulantes – de joias, relógios, toalhas, entre outros – conhecidos por mascates (LEITE, 1999).

Ao final do século XIX, de acordo com Yang (2002), desenvolve-se o comércio de pastéis, que posteriormente viria a ser associado ao povo chinês, sendo os estabelecimentos de venda de pastéis popularmente chamados de “chinas”. *A priori*, eram os italianos os maiores comerciantes dessa iguaria, contudo, tamanha era disseminação de vendedores ambulantes e estabelecimentos dessa natureza que logo foi feita a associação.

Após este primeiro fluxo, a segunda onda de migração em caráter oficial tem lugar após a Revolução Comunista, em 1949. Estima-se que 90% deste contingente – formado majoritariamente por cantoneses, taiwaneses e cidadãos de Hong Kong – fixou-se no estado de São Paulo, e os demais dividiram-se entre Rio de Janeiro e Paraná (Figura 3). É possível afirmar que a predileção por São Paulo deve-se à pujança econômica do estado já no século XIX, e, no caso fluminense, à presença de um porto dinâmico e de mercado consumidor disponível (TRUZZI, 1991).

É importante notar que a expulsão de população de Cantão – ou Guangdong – se dá diante de um quadro de franco crescimento econômico, sendo a região de maior PIB e de maior volume de exportações da China, como pode-se ver na figura 3 (ROWNTREE, 2000). Ou seja, um caso clássico de industrialização e expulsão da população ociosa, como anteriormente citado. Essa aparente contradição se explica no decréscimo da necessidade mão de obra no segundo setor, que absorve majoritariamente mão de obra especializada.

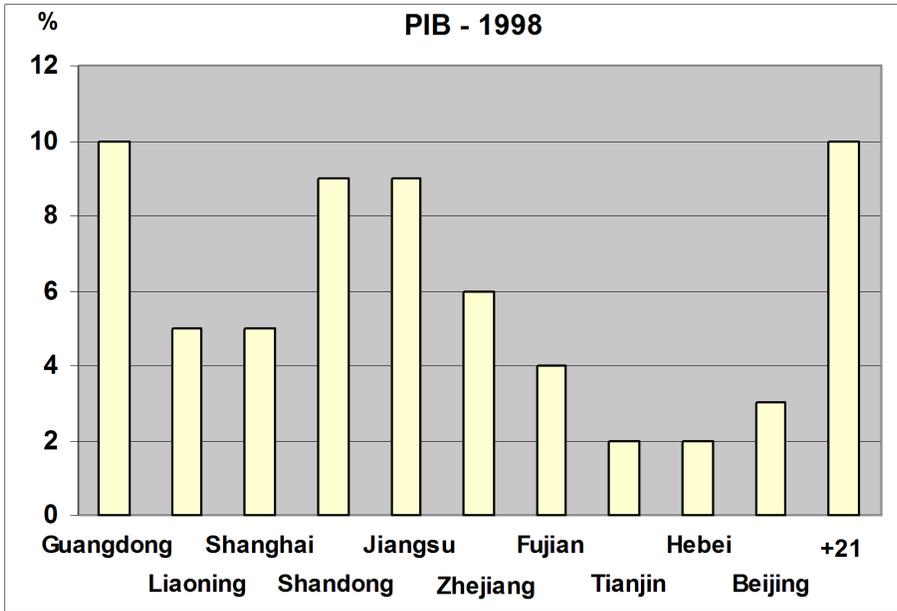


Figura 3 – Produto Interno Bruto das principais municipalidades chinesas.
 Fonte: China Statistical Yearbook (2000).

Condições de Vida e Trabalho dos Chineses Radicados no Rio de Janeiro

Hoje, os chineses permanecem restritos a três nichos básicos de atividades comerciais: lojas de artigos de baixo custo, lanchonetes e importação de bens industrializados de baixo valor agregado oriundos da China, sendo as duas primeiras em maior volume. Levando-se em consideração o grupo mais numeroso – cantoneses – pode-se afirmar que a maioria dedica-se à comercialização de lanches. É interessante notar que, nas outras cidades com grande afluxo de chineses – Nova York e São Francisco, por exemplo – ocorreu a formação de “chinatowns”, bairros tipicamente chineses, de população majoritariamente composta por chineses e seus descendentes, o que não se verifica no Rio de Janeiro, uma vez que os chineses estão espalhados por todo o território carioca, sobretudo na região central e no subúrbio (ARAÚJO, 2010).

Segundo Cunha e Melo (2005), os estabelecimentos comerciais são adquiridos por contratos de compra ou aluguel viabilizados por empréstimos concedidos por instituições financeiras baseadas em relações de afinidade ou parentesco, comportando-se como bancos ou agências de crédito. Essas redes de cooperação, articuladas a outras e sedimentadas sob um rígido sistema de normas e condutas, são capazes de ampliar o volume de financiamento, a disponibilidade de mão de obra, e de reduzir a competitividade, estabelecendo arranjos espaciais que propiciem maior desenvolvimento aos grupos envolvidos. Esse modelo de organização, nos moldes capitalistas ocidentais, revela-se

eficiente, pois baseia-se num princípio confucionista que diz “Quem quiser fundar uma empresa, funde primeiro uma família”. O intenso ritmo de trabalho, associado às já citadas novas formas de administração e financiamento, vigoroso oportunismo e erigindo-se sobre a família como base revela-se bastante proveitoso. Assim sendo, pode-se afirmar que as organizações de migrantes chineses mantém estreito laço com suas raízes e costumes, como se pode verificar em outros aspectos e práticas.

A mão de obra empregada nos empreendimentos chineses – sobretudo as pastelarias tipicamente cantonesas – é de natureza familiar. O pai, auxiliado pela esposa, chefia não apenas a família, mas também os negócios. Os filhos adolescentes e agregados (cunhados, genros, primos) dedicam-se à fabricação dos alimentos e à manutenção e conservação dos estabelecimentos. Os idosos também contribuem, de forma menos intensa, dadas as limitações físicas. O aspecto patriarcal da família chinesa é também adotado na administração dos empreendimentos. As jornadas de trabalho são superiores a 40 horas semanais, sem repouso dominical.

Contudo, casos de trabalhadores mantidos em condição análoga à escravidão têm se multiplicado. Acalentados pelo sonho de uma vida melhor e de sedutoras propostas de emprego, chineses são atraídos para condições degradantes e desumanas, sofrendo maus-tratos, sem alimentação adequada e com jornadas de trabalho muito superiores às permitidas, como no caso de Yin Qiang Quan, de 22 anos, que morava e trabalhava na pastelaria de Yan Ruilong, seu primo, no bairro de Parada de Lucas, subúrbio da cidade. O jovem foi internado em estado grave, com diversas feridas pelo corpo e muitas marcas de agressões.

Quando perguntados sobre os motivos de trabalharem com pastelarias, a maioria dos entrevistados argumentou que a facilidade de obter matéria-prima – trigo, fermento, laticínios, frios e carne – aliada ao baixo grau de capacitação necessário aos funcionários, ao mercado consumidor abundante e ao baixo custo de produção são o principal atrativo para este ramo (Figura 4). O idioma português só é utilizado no atendimento aos clientes, ainda assim de forma bastante rudimentar, uma vez que os chineses, em sua maioria não frequentam escolas no Brasil. Esta ligação forte com as raízes chinesas configura um mundo institucional paralelo, onde se possa reunir e reproduzir espaços sociais privativos sem interferências externas. A identidade sem territorialidade torna-se uma dimensão essencial da diáspora chinesa, comparável em muitos aspectos à diáspora dos judeus. As associações chinesas no Brasil, como o Centro Cultural Chinês e a Associação Chinesa, celebram as mesmas datas festivas que a China, como o Festival da Primavera, o Ano Novo Chinês, e promovem o ensino do mandarim e do cantonês, no empenho de manter os laços entre si e com a pátria materna.

Quando perguntados sobre os motivos de trabalharem com pastelarias, a maioria dos entrevistados argumentou que a facilidade de obter matéria-prima – trigo, fermento, laticínios, frios e carne – aliada ao baixo grau de capacitação necessário aos funcionários, ao mercado consumidor abundante e ao baixo custo de produção são o principal atrativo para este ramo. Em contrapartida, os chineses dedicados ao comércio de produtos de baixo valor agregado, chamados popularmente de *made in china* alegam que possuir contato com os fornecedores dessas mercadorias é o fator determinante. E quando consultados sobre a predileção pelo subúrbio, a resposta é unânime: o baixo custo dos imóveis para moradia ou para trabalho, seja por aluguel ou por compra, haja vista que grande parte dos entrevistados reside próximo aos seus postos de trabalho, não utilizando meios de transporte público.



Figura 4 – Chinesa comerciante de pastéis. Fonte: Portal Terra (2010).

O perfil de grande parte dos entrevistados é de radicados no Brasil há cerca de quinze a vinte anos, sem intenções de voltar à China, pois estão adaptados à vida por aqui, segundo eles, de qualidade muito superior à sua terra natal, onde trabalhavam em atividades agrícolas, de organização familiar.

Também se verificou que são majoritariamente oriundos de zona rural, sem capacitação profissional – menos de cinco anos de formação escolar – e com poucas perspectivas de sobrevivência na China. Com rendimento superior a 5 mil reais mensais, os empreendimentos chineses atraem ainda mais população oriunda da China, sobretudo parentes dos que já estão estabelecidos por aqui.

Um volume razoável dos entrevistados não possui documentação e está no Brasil de forma ilegal, ou seja, de certa forma impedidos de frequentar escolas, sem ter acesso ao amparo social do Estado – aposentadoria, serviços de saúde e jurídico – e impedidos de exercer o voto. Assim, permanecem invisíveis aos olhos do Estado ou os deixa temerosos por uma possível extradição ou detenção.

Apesar de terem recebido nomes em português – Ronaldo, Maria, Marcos – e admirarem a beleza da mulher brasileira – “muito (gesto de grandeza com as mão)” – ainda são resistentes a alguns outros hábitos brasileiros, como a quantidade de banhos, a natureza calorosa dos cumprimentos – segundo um dos entrevistados “os brasileiros se tocam demais” – e à alimentação, muito temperada e gordurosa para os padrões chineses.

Outro aspecto que chama a atenção é a adoção de hábitos muito diferentes da vida de outrora: alguns adotaram religiões protestantes pentecostais ou católicas no lugar do ateísmo institucional chinês, e o gosto que tomaram pelo futebol, ainda pouco popular na China, onde o tênis de mesa é o esporte mais difundido.

Um ponto negativo a ser comentado é que mais da metade dos entrevistados afirma ter sofrido preconceito de alguma natureza, devido à sua etnia ou idioma. O som pouco fônico do mandarim causa estranhamento, tamanha a sua diferença em relação aos idiomas neolatinos.

Considerações Finais

A política desenvolvimentista adotada pela China precisa ser urgentemente revista, a fim de mitigar os efeitos sociais negativos que há tanto flagelam a população chinesa, uma vez que muitos não possuem a oportunidade de deixar seus locais de origem em busca de novas perspectivas de vida e trabalho. A proposta de incentivo à urbanização na China deve mitigar a fome no campo, contudo, necessita de planejamento, a fim de que não se verifiquem os problemas recorrentes a outros países urbanizados, como o inchaço urbano, a favelização, a elevação do custo de vida, entre outros.

A expropriação de terras e conseqüente construção de cidades – muitas vezes desabitadas – tende à formação de uma bolha imobiliária de proporções comparáveis à bolha imobiliária norte-americana que desencadeou a crise econômica global de 2008. Por isso, é urgente que se repense a estratégia de uso do solo das novas áreas urbanizadas a fim de que não se tenha novos desdobramentos semelhantes aos da referida crise.

Os chineses estabelecidos no Brasil necessitam de maior amparo institucional para que sejam acolhidos apropriadamente, pois não se trata apenas de uma simples migração, mas sim de ajuda humanitária, dado que muitos dos chineses que aqui se radicam buscam escapar da fome no interior da China. É necessário um esforço do Estado para regularização e integração dos chineses aqui residentes, garantindo qualidade de vida e oportunidades de um futuro melhor.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M. S. Chineses no Rio de Janeiro: notas sobre nação, território e identidade através da prática comercial e religiosa. *Cadernos do CEOM*. Ano 23, n. 32. 2010.

BECKER, J. *Hungry Ghosts: Mao's Secret Famine*. New York: Holt, 1998.

CHAN, C. K. C. The Challenge of Labour in China: Strikes and the Changing Labour Regime in Global Factories. *Global Labour Journal*, v. 4, 2010.

CHAN, K. W.; ZHANG, L. The Hukou System and Rural-Urban Migration in China: Processes and Changes. *The China Quarterly*, n. 160, p. 818–855, 2010.

CHENG, T., SELDEN, M. *The Origins and Social Consequences of China's Hukou System*. *The China Quarterly*, 139, pp 644-668. Cambridge. 1994

COSTA, F. N. *Migração campo-cidade na China* <<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2013/09/16/migracao-campo-cidade-na-china/>>. Acesso em: 15 fev.2014

CUNHA, N. V. da; MELLO, P. P. T. de. *Saara: reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca*. 2005. Disponível em: <<http://lemetro5.blogspot.com>>. Acesso em: 15 maio 2014.

DAVIS, K. The Urbanization of Human Population. *Scientific American*, n. 213, 1965.

DUFAUR, L. *Desespero, suicídios e revoltas dos camponeses na China*. Disponível em: <<http://www.epochtimes.com.br/desespero-suicidios-revoltas-camponeses-china/#.U4KEBPldWvM>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FREITAS, S. M. Brasil. Desde Hong Kong a São Paulo. In: HU-DEHART, Evelyn. *Cuando oriente llegó a América*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUANG, Ping; PIEKE, Frank N. China Migration Country Study; Conference on Migration, Development and Pro-Poor Policy Choices in Asia. *Academy of Social Sciences*, Beijing, 2003.

LANGFITT, F. *Desperate Chinese Villagers Turn To Self-Immolation*. Disponível em: <<http://www.npr.org/blogs/parallels/2013/10/23/239270737/desperate-chinese-villagers-turn-to-self-immolation>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

LEITE, José Roberto Teixeira. Introdução: A China no Brasil. In: _____. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

LIM, Louisa. *In China, Anger Spreads Over Government Land Grabs*. Disponível em: <<http://www.npr.org/2011/12/20/144001487/chinese-villagers-angry-at-governments-land-grab>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MACHADO, R. P. *Made in China: an anthropological study about transnational networks of the Chinese economy based on an ethnography of Ciudad del Este, Paraguay*. 2006.

MILLER, T. *China's Urban Billion*. Londres: Zed Books, 2012.

MING, Tang. *Mais de 4.000 aldeões chineses protestam contra apropriação de terras*. 2013. Disponível em: <<http://www.epochtimes.com.br/mais-de-4-000-aldeoes-chineses-protestam-contra-apropriacao-de-terras/#.U4KDsfdWvM>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. *Policiais e aldeões chineses se enfrentam em disputa de terras na província de Guangdong*. Disponível em: <http://www.epochtimes.com.br/policiais-e-aldeoes-chineses-se-enfrentam-em-disputa-de-terras-na-provincia-de-guangdong/#.U4UPS_IdWvM>. Acesso em: 20 mar. 2014.

Ministério do Comércio da República Popular da China. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

Portal Terra. *Barraca da feira de Perus vence concurso de melhor pastel*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-barraca-da-feira-de-perus-vence-concurso-de-melhor-pastel,5ebea21a4572b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. 2010. Acesso em: 7 jul. 2014.

Portal R7. *Chinês escravizado em pastelaria no Rio denuncia esquema de tráfico humano*. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/chines-escravizado-em-pastelaria-no-rio-denuncia-esquema-de-trafico-humano-20130416.html>>. Acesso em: 15 maio 2014.

Portal Voprosik. *Perspectiva energética na China*. Disponível em: <<http://voprosik.net/perspektivy-uglya-v-kitae/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

QINGER, G. *Milhares de aldeões chineses protestam contra a corrupta venda de terras*. Disponível em: <http://www.epochtimes.com.br/milhares-de-aldeoes-chineses-protetam-contra-a-corrupta-venda-de-terras/#.U4KC5_IdWvM>. Acesso em: 15 fev. 2014.

ROWNTREE, L.; LEWIS, M.; PRICE, M.; WYCHOFF, W. *Diversity amid Globalization: World Regions, Environment, Development*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2000.

SHE, Z., SHEN, D. Urbanização e mudança rural: o caso da região do delta do Changjiang. In: BICALHO, Ana Maria de Souza Mello, HOEFLE, Scott William (Org.) *A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural*. Rio de Janeiro: Laget-UFRJ/CSRS-UGI., 2003.

SILVA, M. A. *Capitalismo étnico e identidades transnacionais: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco*. 2007. Projeto de Pesquisa de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

State Statistical Bureau (SSB) of China (1998 and 2000). *China Statistical Yearbook 1998 and 2000*. Beijing: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

TRUZZI, O. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

YANG, A. C. Y. Breve histórico do chá em alguns países. *China em estudo*, São Paulo, n. 5, 2002.

Recebido em: 29/11/2015 Aceito em: 11/12/2015

Apêndice

Modelo de questionário utilizado nas entrevistas

1. Como e por que veio morar no Brasil?
2. Quando veio para o Brasil?
3. De qual região vem?
4. Por que está nesse ramo comercial?
5. Qual era sua profissão na China?
6. Quem é o chefe do empreendimento?
7. Quantos membros a família possui?
8. Como obteve capital para iniciar o negócio?
9. Qual a renda média mensal?
10. Onde mora agora? Por quê?
11. Onde fica o estabelecimento? Por quê?
12. Quem trabalha no empreendimento?
13. Quantos na família frequentam escolas/instituições de ensino brasileiras?
14. Em relação à China, como é a vida no Brasil?
15. Qual é o grau de instrução dos membros da família?
16. Voltaria para a China?
17. Está legalizado no Brasil?
18. Está adaptado ao Brasil?
19. O que você mais gosta no Brasil? E o que não gosta?
20. Já sofreu algum tipo de preconceito?